

O SIGNIFICADO DO TERMO "GERAL" CONTIDO NA OBRA MÁXIMA DE JOHN MAYNARD KEYNES: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

André Cutrim Carvalho

Doutor em Desenvolvimento Econômico e pós-doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor-pesquisador da Faculdade de Economia (Facecon) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/Numa), ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Grupo de Pesquisa Teoria Econômica de Keynes (GTEK).

E-mail: andrecc@ufpa.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0936-9424>

David Ferreira Carvalho

Doutor e pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da Unicamp. Professor-pesquisador da Faculdade de Economia (Facecon) da UFPA. Colaborador do Grupo de Pesquisa Teoria Econômica de Keynes (GTEK).

E-mail: david.fcarvalho@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9161-4715>

Como citar este artigo: Carvalho, A. C. & Carvalho, D. F. (2021). O significado do termo "geral" contido na obra máxima de John Maynard Keynes: uma abordagem teórica. *Revista de Economia Mackenzie*, 18(1), 12-35. doi:105935/1808-2785/rem.v18n1p.12-35

Recebido em: 11/4/2020.

Aprovado em: 1/3/2021.



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

Resumo

O presente artigo pretende discutir os significados do termo “geral” utilizado por John Maynard Keynes na sua *Magnum opus*, intitulada: *The General Theory of Employment, Interest and Money*, também conhecida como “Teoria Geral” (TG). A diversidade dos conceitos usados na exposição, e o novo método de abordagem dos problemas da vida real no âmbito econômico, tornaram a TG uma obra complexa e polêmica, porém assaz importante. É preciso entender que o objeto de estudo de Keynes é o que ele denominou economia monetária da produção, uma espécie de codinome para modo de produção capitalista. A principal conclusão demonstra, mediante necessária reflexão, que, apesar das dificuldades e críticas, a TG dispõe dos elementos teóricos necessários para compreender os fenômenos do desemprego, da inflação e do ciclo econômico e, também, de intervenção estatal visando, justamente, minimizar os graves problemas do capitalismo: desemprego, inflação, má distribuição de renda e desigualdade socio-econômica.

Palavras-chave: Teoria geral; economia monetária da produção; desemprego; intervenção estatal; desigualdade socioeconômica.

Classificação JEL: E10; E12; B22.

1 INTRODUÇÃO

A mais importante das obras escritas por John Maynard Keynes, de forma incontestada, foi e continua sendo *The General Theory of Employment, Interest and Money*, conhecida como: “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda” ou Teoria Geral (TG), publicada em 1936. A TG de Keynes é um livro reconhecidamente difícil pela complexidade do objeto tratado: a economia monetária da produção, um codinome para modo de produção capitalista.

Além disso, a diversidade dos conceitos usados na exposição, e o novo método de abordagem dos problemas da vida real, entrando em confronto direto com as ideias dos economistas clássicos e neoclássicos, tornaram a Teoria Geral uma obra polêmica que, às vezes, pode induzir a distintas interpretações.

Por certo, Keynes (1996, p. 27) tinha plena consciência disso, quando, no prefácio da primeira edição da TG, ressalta:

Se a economia ortodoxa está em desgraça, o erro não se encontra na superestrutura, que foi elaborada com grande cuidado, levando em conta a consistência lógica, mas na falta de clareza e de generalidade das premissas. Assim, só posso conseguir meu objetivo de persuadir os economistas a reexaminarem criticamente certos pontos dos seus postulados básicos através de uma argumentação altamente abstrata e também de muita controvérsia. Gostaria que tivesse podido haver menos desta última, mas julguei-a importante, não apenas para explicar meu próprio ponto de vista, como também para demonstrar em que aspectos ele diverge da teoria predominante. Suponho que os que estão fortemente apegados àquilo que chamarei “a teoria clássica” flutuarão entre a crença de que estou completamente errado e a crença de que não estou dizendo nada de novo. Cabe a outros determinar se uma dessas duas ou ainda uma terceira alternativa está correta. Os trechos de controvérsia objetivam fornecer algum material para uma resposta, e devo pedir perdão se, na busca de distinções claras, meus argumentos são demasiados duros. Eu mesmo defendi com convicção, durante anos, as teorias que agora ataco, e não ignoro, acho, seus pontos fortes.

Nessas condições, Keynes (1936, 1973a, 1973b) antecipou o contra-ataque que viria dos economistas ortodoxos em geral, principalmente da ortodoxia neoclássica. Após o lançamento da TG, Keynes travou um debate, com os mais importantes economistas da sua época, para explicar determinados aspectos da sua teoria geral do emprego. Uma das razões que pode ter suscitado esse debate – com alguns economistas aceitando e outros rejeitando os fundamentos contidos na TG – pode ser atribuída à incorporação de conceitos estranhos à ortodoxia neoclássica.

Quanto ao estilo de exposição usado por Keynes na TG, embora desconhecido da maioria dos economistas, este já era familiar aos estudantes que faziam parte de seu círculo acadêmico – grupo de jovens economistas da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que incluíam Joan Violet Robinson, Edward Austin Gossage Robinson, Richard Ferdinand Kahn, James Edward Meade, Pierro Sraffa, entre outros, como vistos por Moggridge (1976).

O presente artigo tem como objetivo discutir os significados do termo “geral” usado por Keynes no título de sua *Magnum opus* de nome: *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Para isso, o presente artigo foi organizado em quatro seções, além da introdução, a saber, na segunda parte são discutidos os significados do termo “geral” da TG de Keynes, com destaque para as subseções que irão discutir, primeiro, a reação dos economistas norte-americanos

à obra de Keynes; depois, a importância, do ponto de vista teórico, da introdução do desemprego do tipo involuntário; e, por conseguinte, a relação entre desemprego involuntário e insuficiência da demanda efetiva em Keynes; na terceira seção, a TG de Keynes é apresentada como um mecanismo de integração econômica, uma “ponte” entre a microeconomia e a macroeconomia; por último, as considerações finais do artigo.

2

OS SIGNIFICADOS DO TERMO “GERAL” NA TEORIA GERAL DE KEYNES

A expressão “Teoria Geral” é, atualmente, usada com muita frequência pelos cientistas econômicos quando desejam referir-se à *Magnum opus* de Keynes (1936, 1973): *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Mas a expressão “Teoria Geral” aparece, pela primeira vez, como título do capítulo 1 do Livro 1 (Introdução) de sua obra assaz importante.

Nesse breve capítulo, Keynes explica por que deu ênfase ao termo geral. O objetivo principal do título do seu famoso livro, com destaque para o termo geral, é explicitado por Keynes (1996, p. 43) quando este escreve¹:

O objetivo deste título é contrastar a natureza dos meus argumentos e conclusões com aqueles da teoria clássica, na qual me formei, que domina o pensamento econômico, tanto prático quanto teórico, dos meios acadêmicos e dirigentes desta geração, tal como vem acontecendo nos últimos cem anos.

No Prefácio à Edição Francesa, há outra passagem em que Keynes (1996, p. 38) deixa claro por que deu o nome de Teoria Geral (TG) a sua importante obra quando escreve:

1 Karl Marx foi o criador da denominação “economistas clássicos” para designar os fundadores da economia política (Adam Smith, David Ricardo e James Stuart Mill). Keynes, seguindo a velha tradição inglesa, incluiu na “escola clássica” os seguidores de David Ricardo (John Stuart Mill, Alfred Marshall, Francis Ysidro Edgeworth e Arthur Cecil Pigou) que adotaram e aperfeiçoaram a teoria clássica. Ou seja, Keynes passou a chamar de “clássicos”, por extensão, inclusive os neoclássicos ingleses.

Dei a minha teoria o nome de teoria geral. Com isso, quero dizer que estou preocupado principalmente com o comportamento do sistema econômico como um todo – com a renda global, com o lucro global, com o volume global do emprego da produção, com o nível global do emprego, com o investimento global e com a poupança global, em vez de com a renda, o lucro, o volume da produção, o nível do emprego, o investimento e a poupança de ramos da indústria, firmas ou indivíduos em particular. E afirmo que foram cometidos erros importantes ao se estender para o sistema como um todo as conclusões a que se tinha chegado de forma correta com relação a uma parte desse sistema tomada isoladamente.

Nessa sentença, evidencia-se que a intenção de Keynes, quando utilizou a expressão “Teoria Geral”, era explicitar que a sua principal preocupação estava direcionada para os problemas do sistema econômico como um todo, isto é, para os problemas econômicos na esfera da macroeconomia. Keynes julgava que o direito à originalidade do termo “Teoria Geral” residia, em parte, em sua capacidade de demonstrar, de forma convincente, que poderiam ocorrer outras situações de equilíbrio aquém do pleno emprego, sendo o equilíbrio de pleno emprego um caso especial e mesmo assim improvável de acontecer na vida real.

É esse o significado legítimo do termo “Teoria Geral” usado por John Maynard Keynes. Contudo, a expressão “geral” em Keynes não deve ser confundida com o termo “geral” empregado nos modelos de “equilíbrio geral walrasianos”, os quais se propõem estudar as relações entre as variáveis ou funções de um sistema de equações simultâneas representativo de um mundo abstrato e atemporal em que tudo pode acontecer em um instante como um passe de mágica.

A TG é, sobretudo, um livro que trata de teoria econômica. De fato, o propósito do livro é tratar das questões difíceis e complexas de teoria econômica e, somente em segundo plano, da aplicação de sua teoria aos problemas práticos de uma economia. Por isso, a TG de Keynes é um livro dirigido, principalmente, para economistas, muito embora o mesmo depositasse a esperança de que ele pudesse também ser inteligível a outras profissões.

Keynes buscou persuadir, em primeiro lugar, os seus colegas economistas. Por isso, no prefácio da TG, Keynes (1996, p. 27) menciona:

Este livro é dirigido principalmente para os meus colegas economistas. Espero que ele seja inteligível a outros, também, mas o propósito primordial dele é tratar de questões difíceis de teoria e, só em segundo lugar, das aplicações dessa teoria à prática [...]. Os assuntos em discussão são da máxima importância. Porém, se minhas explicações estiverem certas, é a meus colegas economistas, e não ao público em geral, que tenho de convencer em primeiro lugar. A esta altura da disputa, o público em geral, embora seja bem-vindo ao debate, apenas observará de fora uma tentativa de um economista no sentido de resolver as profundas divergências de opinião entre seus colegas economistas que quase chegaram a destruir a influência prática da teoria econômica e que continuarão, até que sejam resolvidas, a ter esse efeito.

Apesar da pretensão, poucos economistas realmente entenderam a mensagem contida na TG. Paul Samuelson, por exemplo, reconhece a influência que o revolucionário livro de Keynes provocou na mente dos economistas jovens, com menos de 30 anos de idade, mas também a reação dos economistas mais experientes, com mais de 50 anos, formados dentro da tradição da escola clássica.

O resultado disso, conforme Samuelson (1968, p. 319), foi que os economistas com mais de 50 anos ficaram inteiramente imunes, mas com o passar do tempo “a maioria dos economistas começou a sentir febre, muitas vezes sem saber ou admitir essa condição”.

■ 2.1 A reação dos economistas norte-americanos à Teoria Geral de Keynes

Paul Samuelson, honestamente, reconhece que sua rebelião contra o livro de Keynes, como um economista nascido antes de 1936, teria sido completa se não fosse sua desagradável percepção de que não compreendera do que se tratava. Na verdade, não só Paul Samuelson, mas a maioria dos economistas neoclássicos não havia compreendido, até então, a *Opera magna* de John Maynard Keynes.

Nas palavras do próprio Samuelson (1968, p. 319), galardoado com o Prêmio Nobel de Economia em 1970:

[...] creio não estar revelando segredos quando solenemente afirmo – com base em vívida lembrança pessoal – que ninguém mais em Cambridge, Massachusetts, durante cerca de doze anos ou dezoito meses depois da publicação do livro, soubera realmente do que se tratava.

Os economistas norte-americanos só começaram a prestar atenção à revolucionária economia de John Maynard Keynes depois que aparecem os modelos matemáticos de James Edward Meade, Oscar Ryszard Lange, John Richard Hicks e Roy Frobres Harrod. Contudo, essa atenção acabou por ocorrer não a partir da leitura da economia de Keynes em si, mas por intermédio da leitura dos trabalhos dos economistas neoclássicos que “criaram” a economia keynesiana a partir do que ficou conhecido por síntese neoclássica.

Na perspectiva de Busato e Pinto (2008, p. 115):

A síntese neoclássica, portanto, busca comprovar que o maior avanço de Keynes não foi ter desenvolvido uma contribuição analítica da demanda efetiva, da preferência pela liquidez e do papel da incerteza no âmbito da economia monetária da produção, mas sim teria sido, simplesmente, alertar para os mecanismos que obstaculizam o alcance do factível equilíbrio de pleno emprego no curto prazo.

É surpreendente observar que, depois do modelo da IS-LM de Hicks-Hansen, tanto os economistas americanos (Paul Anthony Samuelson, James Tobin e Franco Modigliani) quanto os economistas ingleses da universidade de Londres (Nicholas Kaldor, Abba Ptachya Lerner e John Richard Hicks) tenham abandonado a forte influência exercida por Friedrich August Von Hayek para se aproximar de Keynes, porém distorcendo os ensinamentos contidos na sua TG de tal forma que acabou resultando na chamada síntese neoclássica.

De acordo com Lopes (1992, p. 132 *apud* Busato & Pinto, 2008, p. 134-135):

[...] A síntese neoclássica, ao transpor a economia de Keynes para um sistema de equilíbrio geral, violou um princípio organizador fundamental em Keynes, ou seja, a rejeição da noção de ajuste automático e simultâneo entre os mercados [...] em que todas as decisões econômicas relevantes estão nas mãos dos capitalistas [em contraposição à síntese em que o nível de emprego é determinado pelas decisões maximizantes de trabalhadores e firmas].

Samuelson (1946), como crítico da TG de Keynes, considera uma obra mal escrita, mal organizada, sem preocupação com a didática, arrogante, de má tempera e não muito generoso em seus agradecimentos com os seus colaboradores. Porém, acaba admitindo que, quando seu conteúdo é, finalmente, dominado, “vê-se que sua análise é evidente e nova. Em suma, é obra de um gênio”, nas palavras do próprio Samuelson (1968, p. 322).

De fato, Keynes e Marx são dois pensadores que exerceram no passado e continuam exercendo no tempo presente um fascínio sobre os economistas mais jovens e maduros pelo mundo que, sem obstáculos epistemológicos e dispostos à aprendizagem, queiram saber mais sobre a sociedade em que vivemos, isto é, a economia monetária da produção capitalista contemporânea.

Sobre isso, Carvalho e Carvalho (2018, p. 243-244) observam:

Keynes não usa o termo economia capitalista, embora reconheça ser esse modo de produção social seu objeto de investigação, mas, sim, o termo economia monetária da produção, para destacar a importância social da moeda numa economia mercantil-monetária capitalista. Contudo, uma vez que a economia monetária da produção de Keynes é um codinome para economia capitalista, nada mais correto do que acrescentar a palavra capitalista de forma que o modelo de economia em que vivemos – estudado por Marx e Keynes em épocas distintas – possa ser chamado de economia monetária da produção capitalista, ou, ainda, de economia monetário-financeira da produção capitalista dada a crescente importância dos fluxos de caixa registrados nos balanços e balancetes – do lado do ativo e do passivo – das empresas da economia capitalista contemporânea.

Para Skidelsky (1999, p. 95-96), um dos grandes biógrafos de Keynes, a Teoria Geral é um livro “simples e sutil, obscuro e profundo. [...] Mas não é

um livro tão mal organizado quanto é frequentemente julgado”. Na história do pensamento econômico moderno, a TG de Keynes se destaca como uma verdadeira obra clássica da análise econômica aplicada.

Nesse sentido, a preocupação de Keynes para persuadir seus pares em torno da importância de sua teoria não significa nenhum comportamento arrogante, mas ao contrário, um inteligente, sagaz e privilegiado grande pensador do século XX, que transmitiu novos conhecimentos para as mentes dos economistas das gerações que vieram após o grande *crash* de 1929.

Marx (1980, Livro I, v. I, p. 7) demonstrou também no prefácio da primeira edição de seu livro *O Capital* semelhante preocupação quando escreveu:

Acolherei, com maior satisfação, as manifestações da crítica científica. E quanto aos preconceitos da chamada opinião pública, torno minha, agora como Dantes, a máxima do grande Fiorentino: *Segui il tuo corso, e lascia dir lê gentil*. [‘Segue teu rumo e não te importes com que os outros digam’].

Silva (1995, p. 116-117) traz uma importante contribuição ao listar os traços mais marcantes da TG de Keynes. São eles:

- a tentativa de criar uma teoria que esteja, ao menos parcialmente, “no tempo” (Hicks, 1975), ou no “tempo histórico” (Robinson, 1953, 1975);
- a ideia de que há, na economia capitalista, assimetrias e diferenças significativas entre os agentes, e de que a dinâmica dessa economia responde, essencialmente, às decisões tomadas pelos empresários;
- a adesão (não muito explícita) à ideia de Marx de que o objetivo da acumulação pode ser a própria acumulação, e não o consumo (Shapiro, 1978);
- o conceito de incerteza e suas implicações cruciais para uma teoria das decisões econômicas, incluindo os elementos de uma teoria das expectativas e uma teoria do comportamento convencional;
- a teoria da escassez como fonte da rentabilidade dos ativos (1936, cap. 16);
- uma Teoria geral dos ativos e da composição do portfólio, envolvendo a discussão acerca do prêmio de liquidez dos ativos; o uso do conceito de liquidez numa teoria do valor (cf. Townshend, 1937); o estudo da demanda por dinheiro como aplicação de capital;

- a inserção, no âmbito de uma Teoria geral, da decisão de aplicar, das decisões de produzir e investir.

Como adverte Silva (1995, p. 117): “Estes elementos deveriam estar presentes em qualquer teoria econômica – micro ou macro – realmente enraizada no mundo ‘em que de fato vivemos’ (tal como visto pelo próprio Keynes)”. Desta forma, a crítica de que Keynes era arrogante não lhe cabe. Ele foi um crítico tenaz contra a ignorância humana e um democrata que acreditava no saber e na ética como meios para se alcançar uma verdadeira civilização.

■ 2.2 A inovação teórica da Teoria Geral de Keynes: o desemprego involuntário

Entre 1929-1932, ocorreu o maior acontecimento do século XX, a Grande Depressão, que colocou em risco a própria existência do capitalismo. O epicentro desse fenômeno foi a maior economia do mundo, os Estados Unidos. Nesse ambiente de pânico, causado pela crise financeira, os economistas (neo) clássicos, que constituíam o pensamento dominante da época, ficaram distantes dos acontecimentos: o modelo teórico neoclássico situava-se entre simplesmente negar a existência da crise e atribuir ao fenômeno um mero desvio passageiro do pleno emprego, que logo o mercado iria restabelecer.

Em 1926, Keynes (1926, 1984) havia feito uma contundente crítica contra o capitalismo do *laissez-faire*, em seu artigo “O fim do *laissez-faire*”. Mas, sem dúvida, é da Teoria Geral (TG) que sai o arsenal teórico capaz de demolir a velha e tradicional teoria clássica e neoclássica. Por sua vez, Cano (2002) expõe que as políticas de defesa da economia e o novo manejo da política econômica foram, também, gerando o aprendizado de uma futura burocracia planejadora e de um Estado mais intervencionista, ao contrário, anteriormente, do Estado liberal.

Nesse contexto, Keynes desenvolve a sua TG com o propósito de torná-la capaz de explicar não apenas o caso do pleno emprego da escola clássica – que incorpora as formas do desemprego friccional e voluntário –, mas também o desemprego em geral, sobretudo o desemprego involuntário, em que cabe também o emprego do termo geral.

Ou seja, sua teoria econômica é geral porque ela se ocupa do caso do desemprego em geral presente em diferentes níveis de emprego de uma economia de mercado, em contraste com a teoria econômica clássica, que se limita somente ao caso especial do pleno emprego que somente admite o desempre-

go friccional e o desemprego voluntário. A TG de Keynes é também geral porque se propõe a explicar o que é que determina o volume do emprego efetivo, sem recorrer à explicação dos economistas clássicos de um mercado de trabalho no qual o volume de emprego depende dos salários reais.

Além disso, a TG vai além ao explicar todas as formas de desemprego aberto a quem do pleno emprego como também ao nível do pleno emprego. De fato, Keynes (1982) busca demonstrar que o comportamento dominante em uma economia do *laissez-faire* não é o da estabilidade econômica ao nível do pleno emprego, mas sim o da instabilidade econômica que se manifesta na dinâmica do ciclo econômico por incertezas quando das previsões que os homens de negócios fazem sobre os resultados esperados dos seus lucros monetários no futuro.

Em um mundo de incerteza, em que as decisões dos agentes são tomadas com base em expectativas, o tempo econômico condiciona às tomadas de decisões de produzir e investir dos empresários no presente fugidio, repleto de inquietudes e motivações, de um passado irrecuperável e irreversível para um futuro desconhecido e imprevisível.

Os clássicos costumam tratar a economia de mercado sempre em equilíbrio de pleno emprego e, por isso, só admitem dois tipos de desemprego: o desemprego voluntário, aquele de responsabilidade do trabalhador por não aceitar o salário real do mercado de trabalho; e o desemprego friccional, o desemprego temporário de curta duração, o qual deriva da própria concorrência no mercado de trabalho que resulta do deslocamento de um emprego para outro sem afetar o pleno emprego.

A descoberta teórica de Keynes consistiu na inserção de uma terceira categoria de desemprego: o desemprego involuntário, ou seja, uma situação de desemprego que não dependia de qualquer posição voluntária do desempregado, logo, mesmo aquele trabalhador que desejasse não encontraria uma posição, ou trabalho, ou emprego. Neste caso, portanto, não seria o trabalhador o responsável por não estar empregado, e sim o próprio sistema capitalista.

Na prática, o desemprego involuntário é causado pela própria lógica do sistema econômico, e não pelas decisões dos trabalhadores em recusar os salários vigentes do mercado de trabalho. Assim sendo, o volume do emprego em uma economia monetária da produção depende das decisões dos empresários relativas à produção de bens e serviços em um ambiente de incerteza.

Em um ambiente econômico de incerteza – e não de certeza quanto aos eventos no futuro como o ambiente econômico dos clássicos –, não há garantia de que o mercado de trabalho funcione com a eficiência autocorretiva necessária para neutralizar quaisquer desvios que possam ocorrer fora do padrão de normalidade da economia como um todo, em termos da estabilidade do nível geral de preços e do emprego ao nível do pleno emprego.

Mesmo admitindo a solidez lógica da superestrutura teórica dos economistas clássicos, do ponto de vista da sua coerência interna, em termos das premissas e conclusões, Keynes percebeu que a única forma de demolir essa superestrutura era mostrando a total inadequação da Lei de Say na qual se inspirava a teoria clássica e demonstrando a fragilidade dos postulados clássicos que estavam fora da realidade do mundo real.

Segundo Robinson (1968), Keynes observa que o melhor modo para enfrentar a superestrutura construída pelos clássicos é procurando distinguir claramente quais proposições eram universalmente válidas e quais eram válidas apenas sob determinadas condições.

Daí a afirmativa de Keynes (1996, p. 43):

Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. Ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência.

Essa situação especial e única de equilíbrio geral de uma economia de mercado, pensada pelos economistas neoclássicos ingleses, é chamada de pleno emprego. Para Keynes, o estado de equilíbrio de pleno emprego dos clássicos não é único, pois poderia haver outros estados de equilíbrio aquém do pleno emprego. O pleno emprego dos clássicos significa inexistência de desemprego involuntário.

A posição de equilíbrio de pleno emprego é vista pelos economistas clássicos como a única posição existente na economia de mercado. Para Keynes, ao contrário, esta posição de equilíbrio é apenas um caso especial hipotético e incompatível com a economia real em que vivemos.

O modelo de economia dos clássicos é o de uma economia cooperativa, isto é, uma economia mercantil simples em que a moeda é neutra e usada apenas como meio de troca. Já o modelo de economia de Keynes, como visto em Brothwell (1997), é o de uma economia empresarial, quer dizer, uma economia monetária em que a moeda é *par excellence* meio de remuneração dos fatores de produção e não é neutra, ou seja, neste caso a moeda é usada como unidade de conta, meio de troca, meio de pagamento e reserva de riqueza líquida por causa do desconhecimento sobre o futuro vago e incerto.

■ 2.3 Desemprego involuntário e insuficiência da demanda efetiva em Keynes

A Teoria Geral de Keynes não apenas atualizou, mas também ampliou o conceito de desemprego desenvolvido pelos economistas clássicos – que só admitiam o desemprego friccional e o desemprego voluntário – quando, além dessas duas formas de desemprego, desenvolveu e deu destaque a uma nova categoria de desemprego não observada pelos clássicos, isto é, o desemprego involuntário como a forma mais comum de desemprego em uma economia de mercado.

Keynes (1982, p. 32) assevera:

[...] existem desempregados involuntários quando, no caso de uma ligeira alta dos preços dos bens de consumo de assalariados relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto a procura agregada da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente.

Ou seja, isso significa que o desemprego involuntário ocorre não apenas quando a economia está fora do pleno emprego, mas também mesmo quando ela está em equilíbrio de pleno emprego. Uma economia sujeita à ocorrência de desemprego involuntário deve ser analisada por meio de uma teoria mais geral, na qual o emprego agregado seja uma variável, e não uma constante.

Silva (1995, p. 120) ressalta que: “Uma economia sujeita à ocorrência de desemprego involuntário deve ser analisada por meio de uma teoria mais geral, na qual o emprego agregado seja uma variável e não uma constante”. Nesse caso, embora todos os empregados que aceitaram a taxa de salário real do mercado de trabalho, voluntariamente, estejam empregados, isso não quer dizer que não possa haver trabalhador desempregado procurando trabalho e,

mesmo assim, não o encontre, o que caracterizaria o desemprego involuntário mesmo no pleno emprego.

A principal diferença entre a teoria do emprego dos clássicos e a teoria do emprego de Keynes é dada pela oposição entre o pressuposto dos clássicos de que o pleno emprego é o estado normal em uma economia de mercado e o pressuposto de Keynes de que o estado normal é o desemprego incompleto. O pleno emprego dos clássicos – que admite somente o desemprego friccional e o desemprego voluntário como causados pelo trabalhador – não contempla a existência da forma mais perversa de desemprego em uma economia capitalista, que é o desemprego involuntário causado não pela recusa dos trabalhadores em aceitar os salários vigentes do mercado de trabalho, mas sim pela insuficiência de demanda efetiva.

Keynes estava interessado em demonstrar que não havia uma tendência natural da economia de mercado de permanecer em um estado de pleno emprego. Ao contrário, a percepção de Keynes é de que a trajetória do produto da economia ocorre com movimentos cíclicos. Keynes demonstra teoricamente, usando o mesmo conceito de “equilíbrio” dos clássicos, que poderia haver equilíbrio aquém do pleno emprego.

É verdade que, em um primeiro momento, Keynes (1982) aceita o primeiro postulado dos clássicos e critica o segundo. Contudo, há fortes indícios de que em outros trabalhos contidos em *The collected writings of John Maynard Keynes*, há crítica de Keynes tanto ao primeiro quanto ao segundo postulado a partir de seu conceito de rendimentos decrescentes.

Cabe destacar que não é verdade que, embora algumas passagens da TG de Keynes passem a impressão, Keynes tenha sugerido – como consta na literatura dos clássicos – a redução dos salários como solução do desemprego. O que ele afirma é o fato de que uma suave e diminuta elevação dos preços dos bens de consumo dos assalariados não necessariamente levaria ao aumento do desemprego pelo abandono do emprego dos trabalhadores já empregados. Entretanto, essa leitura enganosa de alguns críticos marxistas pode confundir um leitor desatento.

O Keynes da TG, portanto, derruba o mito de uma única posição de equilíbrio – a posição de pleno emprego. Ele argumenta que, mesmo em nível de pleno emprego, poderia haver desemprego – o desemprego involuntário –, o que choca os economistas ortodoxos até hoje. Para o referido autor, a questão do desemprego involuntário está associada à insuficiência da demanda efetiva, que, segundo Silva (1995, p. 129):

Nos textos preparatórios à Teoria geral, ao tratar da determinação do emprego agregado, Keynes viu-se às voltas com “uma geringonça de fórmulas de processos de todos os tipos de extensão, conforme fatores técnicos”. Na Teoria Geral, o nó górdio foi abstraído; não foi “resolvido” por um golpe certo (e muito menos desatado). O ponto de demanda efetiva sintetiza (“colapsa”) grande número de processos; é um artefato construído para permitir que muitas coisas sejam mostradas (e, de certa forma, ocorram de uma só vez), prestando-se a duvidosas análises de estática comparativa.

Decorre daí que uma economia de mercado precisa da intervenção do governo para funcionar razoavelmente, como preconiza Robinson (1976). “A mensagem de Keynes na TG serviu para orientar os governos a forma de enfrentar o desemprego no capitalismo de *laissez-faire*”, sustenta Viner (1968, p. 243). Keynes havia identificado os dois principais defeitos de uma sociedade capitalista: primeiro, a incapacidade do sistema econômico para proporcionar pleno emprego; segundo, a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas.

Em linhas gerais, outros dois fatores podem contribuir para a redução do desemprego: o crescimento da economia e a redução das desigualdades de renda e da riqueza. Logo, cabe ao Estado exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte a partir do sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, por meio da redução das desigualdades da renda e da riqueza.

Por isso, Keynes sugere que uma socialização ampla dos investimentos é o único meio de assegurar o pleno emprego. Entretanto, lembra Keynes (1982), isso não significa que o Estado deixe de cooperar com a iniciativa privada. Além disso, não há nenhuma razão que justifique o Estado ter o controle dos meios de produção.

Conforme Garlipp (2001, p. 90):

A ação do Estado, um justificado meio de a sociedade exercer o controle consciente sobre a economia, é a resposta de Keynes à incapacidade de autorregulação da economia capitalista, posto que a operação da “mão invisível” não produz a harmonia apregoada entre o enriquecimento privado e a criação de riqueza nova para a sociedade. Ao contrário.

Nota-se que o poder de persuasão de Keynes, sobre a necessidade de intervenção do governo para combater o desemprego quando este se manifestasse durante os ciclos depressivos, pode ser visto como o resultado lógico que deriva da conexão entre sua teoria econômica e a política econômica.

Para Dillard (1964, p. 95 *apud* Siqueira & Dotto, 2009, p. 35),

Keynes considerava a política fiscal (isto é, o gasto, a taxação e o empréstimo estatais) como a arma mais importante contra o desemprego. Sua explicação geral da necessidade de uma política fiscal positiva tem o seguinte teor: em um nível de rendimento correspondente ao pleno emprego, a disparidade entre o total do rendimento e o total do consumo é tão grande nas economias industriais adiantadas que o investimento privado é insuficiente para cobri-la. Se se quer evitar o desemprego, é preciso lançar uma ponte sobre tal disparidade, ou cobrindo-a com o gasto estatal, ou reduzindo seu volume pelo incremento da propensão a consumir.

De fato, Dillard (1964, p. XII) tinha razão quando afirmava que a TG de Keynes carregava os argumentos teóricos necessários para induzir a ação do poder público contra o desemprego”. Belluzzo (2002) recorda que é necessária a intervenção estatal em processos que envolvam externalidades positivas ou negativas, incerteza, informação assimétrica, risco elevado e concentração de poder econômico, com o intuito de não promover especulações cambiais, não causar efeitos adversos sobre o investimento produtivo, além de não inibir operações de longo prazo de maturação.

3

A TEORIA GERAL DE KEYNES COMO MECANISMO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: UMA “PONTE” NECESSÁRIA ENTRE MICRO-MACRO

O termo “geral” também revela a preocupação de Keynes com a criação de uma Teoria Geral que fosse capaz de integrar as teorias do emprego, dos juros e da moeda de forma tal que pudesse explicar a dinâmica da economia como um todo, isto é, a dinâmica macroeconômica.

Sobre isso, Silva (1995, p. 115) afirma:

Curiosamente, a teoria “geral” revela aqui seu caráter particular; a Teoria geral é a macroeconomia – vale dizer, apenas uma disciplina entre outras. A pertinência da dicotomia está acima de dúvidas; especialmente, a meu ver, se não implicar qualquer forma de conciliação entre macroeconomia keynesiana e microeconomia neoclássica.

Mas, muito embora a preocupação de Keynes estivesse voltada para a análise dos problemas macroeconômicos, seu método de análise econômica permite a construção da “ponte” micro-macro por meio dos conceitos *ex ante* e *ex post*.

Por isso, talvez, Keynes (1996, p. 278) tenha feito uma dura crítica ao método estático da microeconomia neoclássica nos seguintes termos:

Enquanto nos limitarmos ao estudo da indústria ou empresa individual, supondo que a quantidade agregada de recursos é constante e, provisoriamente, que as condições de outras indústrias ou empresas não mudaram, é verdade que não estaremos tratando das características da moeda. Mas no momento em que passarmos ao problema do que determina a produção e o emprego como um todo, torna-se indispensável uma teoria completa de uma economia monetária.

Apesar dessa contundente crítica de Keynes, a economia neoclássica preserva essa dicotomia porque não lhe resta alternativa, para sobreviver nas mentes de seus seguidores, a não ser se esconder nos modelos econômicos matemáticos das economias cooperativas onde a moeda é neutra. Isto é assim porque em uma economia monetária da produção não há lugar nem para a lei de Say, e nem para a moeda neutra.

Em uma economia empresarial, tratada por Keynes como uma economia monetária da produção, a moeda não é neutra no sentido do papel que exerce nas decisões dos agentes no mundo real e financeiro da economia de mercado.

Segundo Garlipp (2001, p. 83),

Keynes tem em mira a agudização da natureza problemática dos investimentos na economia capitalista, bem como o seu comportamento marcadamente errático. As expectativas engendradas nesses mercados podem tornar as decisões de longo prazo ainda mais desfavoráveis, em virtude de uma possível maior atração de recursos para transações meramente financeiras de curto prazo, que ocorrem em detrimento da inversão produtiva. Daí o crescente encurtamento dos prazos das aplicações, à medida que se busca porta-fólios mais líquidos. De uma parte, portanto, a possibilidade de financiamento dos investimentos e o alargamento da estrutura de aplicações do capital. De outra, a possibilidade de movimentos tipicamente especulativos.

A divisão da economia política clássica em, de um lado, a teoria do valor e da remuneração e distribuição dos recursos; e a teoria quantitativa da moeda, de outro, não foi aceita por Keynes. Essa dicotomia era vista por Keynes como falsa, pois, entre outras razões, separava a economia real da economia monetária.

Para Keynes (1996, p. 277) a dicotomia correta da economia deveria ser entre: “[...] a teoria da indústria ou da empresa individual e das remunerações e distribuição de dada quantidade de recursos entre vários usos, de uma parte, e a teoria da produção e do emprego como um todo, de outra”. Com essa divisão da análise econômica, Keynes quis mostrar as disciplinas que deveriam constituir a nova teoria econômica ao rejeitar a dicotomia entre a teoria do valor e da distribuição e a teoria quantitativa da moeda.

Com essa nova divisão da economia, Keynes acabou influenciando a criação dos dois ramos da ciência econômica: a microeconomia e a macroeconomia. Apesar disso, os manuais da macroeconomia moderna – tanto da macroeconomia keynesiana (antigos e neokeynesianos) quanto da macroeconomia monetarista (monetaristas e novos clássicos) – continuam carregando os antigos fundamentos da teoria de equilíbrio geral walrasiano, isto é, continuam reproduzindo uma versão moderna da antiga dicotomia da economia política clássica, como bem observado por Silva (2003).

Não deve ser esquecido que a TG de Keynes pretende explicar a dinâmica das mudanças do volume do emprego e da produção na economia como um todo (ou seja, macroeconomia de Keynes), em contraste com a economia neoclássica, que se dedica a estudar mais o comportamento das unidades individuais (microeconomia) e da firma ou indústria em particular (economia industrial) para depois replicar seus postulados e argumentos, inspirados no conceito de unidade representativa, para a economia como um todo (macroeconomia neoclássica).

Silva (1995, p. 112) argumenta que:

[...] Keynes subestimou o impacto de algumas de suas ideias (como a teoria das decisões em condições de incerteza) sobre questões microeconômicas. Com isso, o escopo de sua teoria “geral” foi desnecessariamente limitado ao âmbito de uma disciplina particular, a “teoria da produção e do emprego como um todo” – a macroeconomia. A meu ver, a contribuição de Keynes provê os fundamentos de uma teoria efetivamente geral – i.e., micro e macro – capaz de incorporar e enriquecer (robustecendo-se, com isso) contribuições heterodoxas desenvolvidas de forma mais ou menos independente.

Quando se investiga a dimensão macroeconômica de uma economia de porte nacional, a dimensão microeconômica dificilmente pode ser ignorada mesmo quando se admite que o todo não é simplesmente a soma das partes. Isto significa dizer que deve haver, sim, uma ligação dinâmica micro-macro no sentido do comportamento individual (micro) e, também, em torno do comportamento coletivo (macro), sustenta Possas (2009).

A esse respeito, Keynes (1982, p. 79) afirma:

Embora um indivíduo, cujas transações [econômicas] são de pouca importância em relação ao mercado, possa, despreocupadamente, desprezar o fato de que a demanda não é uma operação unilateral, seria insensatez desprezá-lo tratando-se da demanda agregada. É esta a diferença vital entre a teoria do comportamento econômico da comunidade e a do comportamento de uma unidade individual, na qual admitimos que as variações na demanda do próprio indivíduo não afetam sua renda.

Percebe-se, desse modo, que a nova teoria econômica desenvolvida por Keynes refere-se mais ao comportamento macroeconômico dos agentes (coletividade das empresas e dos consumidores) e não ao comportamento microeconômico do agente (empresa ou consumidor individual). Keynes escapou da armadilha em que caíram os neoclássicos-keynesianos quando dividiram a economia em dois mundos – o da economia real e o da economia monetária –, como no modelo IS-LM.

Na TG de Keynes, diferentemente da teoria dos neoclássicos, há uma teoria das decisões dos agentes que permite a inserção do tempo econômico. A in-

serção do tempo econômico (tempo virtual e real) no modelo de Keynes não somente foi capaz de dar significado lógico ao estudo da dinâmica da economia monetária da produção – por intermédio da introdução dos conceitos de tempo histórico, expectativa e incerteza – como permitiu também a construção de uma ponte ligando à microeconomia a macroeconomia com a inserção dos significados de decisão (*ex ante*) e resultados (*ex post*).

Em Silva (1995, p. 128): “O tempo, como gostam de lembrar os pós-keynesianos” (citando Bergson), “é um artefato que impede que as coisas ocorram todas de uma só vez”. Ante isso, Minsky (1975, p. 65-66 *apud* Camargo, 2009, p. 65) afirma que “[...] a escolha econômica envolve tempo [...]”, escolha esta que é feita em um contexto de elevada incerteza, “[...] e a partir de conhecimento imperfeito [...], [e] Keynes assegurou que não há maneira de substituir esta incerteza por equivalente certeza [...]”.

Na atual conjuntura, os economistas, considerados pós-keynesianos, estão desenvolvendo uma agenda de ensino e pesquisa visando a construção de uma macroeconomia e de uma microeconomia pós-keynesiana.

4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A TG de Keynes é geral também no sentido de que dispõe de um arsenal teórico com maior poder lógico de explicação dos fatos da experiência, quando comparado com o limitado poder de explicação da teoria especial de pleno emprego dos economistas clássicos. Para Dillard (1964, p. 5): “Os ensinamentos da doutrina clássica são irrelevantes para aplicação no mundo real em que hoje vivemos, no qual o desemprego e a inflação representam as duas patologias mais graves de uma sociedade moderna”.

Por isso Keynes acabou inovando no campo da ciência econômica, causando uma verdadeira revolução. Isso fica claro quando ele critica a própria divisão da economia política clássica de sua época. Outra característica do emprego da expressão Teoria Geral refere-se ao tratamento da moeda e dos preços, pois Keynes discorda das conclusões da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), na qual, em especial, ele havia se emaranhado quando escreveu sua obra *A treatise on money*, em 1930.

Na TG, Keynes passou a considerar o nível geral de preços da economia (nível macroeconômico) como determinado da mesma maneira que os preços

individuais (nível microeconômico), isto é, sob a influência da oferta e da demanda. Para Keynes, as condições técnicas, o nível dos salários, o grau de capacidade ociosa das unidades de produção e da mão de obra, e o estado do mercado e da concorrência determinam as condições de oferta dos bens tomados individualmente e dos produtos como um todo.

As decisões dos empresários, que originam a renda dos agentes tomados individualmente, e as decisões desses mesmos indivíduos quanto à disposição dada a essa renda obtida determinam as condições de demanda. Desse modo, os preços – tanto os tomados individualmente quanto o nível geral de preços – aparecem como a resultante desses dois grupos de fatores.

Keynes acabou desenvolvendo também uma teoria geral dos preços no Capítulo 21 da sua TG. Nessa teoria geral dos preços de Keynes, a moeda e a quantidade de moeda deixaram de exercer influências diretas ao processo de formação dos preços. Ademais, na TG, a moeda não é neutra e a quantidade de moeda determina a oferta de recursos líquidos e, por conseguinte, a taxa de juros, e, em conjunto com outros fatores, sobretudo o grau e o estado de confiança, o estímulo necessário para os empresários investirem.

Além disso, a demanda efetiva determina o nível de equilíbrio da renda, da produção e do emprego (a cada etapa em conjunto com outros fatores) e o nível de preços como um todo por meio das influências da oferta e da demanda assim estabelecidas.

Por fim, há outro significado do termo geral. De fato, Keynes não só formulou uma teoria geral do emprego, dos juros, da moeda e dos preços, mas também integrou essas teorias em uma teoria geral da demanda efetiva capaz de explicar inclusive a dinâmica dos ciclos econômicos. Após demonstrar como a demanda efetiva determinava o volume do emprego efetivo em uma economia monetária da produção, Keynes concluiu que sua teoria da demanda efetiva seria também capaz de explicar o fenômeno do ciclo econômico.

Partindo de sua teoria geral da demanda efetiva, Keynes desenvolveu o Capítulo 22 – “Notas sobre o ciclo econômico” –, em que completa sua TG explicando o fenômeno do ciclo econômico. Keynes percebe que sua teoria não somente explica os fatores determinantes da renda e da produção da economia como um todo, mas o nível do emprego em geral.

Desse raciocínio emerge a interessante conclusão de Keynes (1996, p. 39) quando diz, referindo-se às teorias gerais integradas na TG, que todas elas “são particularmente relevantes para os problemas de finanças públicas e de políticas governamentais em geral e do ciclo econômico”.

Percebe-se, portanto, que a TG de Keynes, sustentada no princípio da demanda efetiva *ex ante*, dispõe dos elementos teóricos necessários para explicar os fenômenos do desemprego, da inflação e do ciclo econômico, bem como dela se podem extrair os instrumentos de política econômica para a intervenção do governo, quando se fizer necessária, visando minimizar os graves problemas do desemprego e da inflação e, inclusive, de desigualdade em uma economia monetária da produção capitalista.

THE MEANING OF THE TERM “GENERAL” CONTAINED IN THE MAXIMUM WORK OF JOHN MAYNARD KEYNES: A THEORETICAL APPROACH

Abstract

This article aims to discuss the meanings of the term “general” used by John Maynard Keynes in his *Magnum opus*, entitled: *The General Theory of Employment, Interest and Money*, also known as “General Theory” (TG). The diversity of the concepts used in the exhibition, and the new method of approaching real life problems in the economic sphere, made TG a complex and controversial work, but very important. It is necessary to understand that Keynes’ object of study is what he called the monetary economy of production, a kind of code name for capitalist mode of production. The main conclusion demonstrates, through necessary reflection, that, despite the difficulties and criticisms, TG has the necessary theoretical elements to understand the phenomena of unemployment, inflation and the economic cycle and, even, of state intervention aiming, precisely, to minimize the serious problems of capitalism: unemployment, inflation, poor income distribution and socioeconomic inequality.

Keywords: General theory; monetary economy of production; unemployment; state intervention; socioeconomic inequality.

Referências

Belluzzo, L. G. (2002). Brasil: um desenvolvimento difícil... In Castro, A. C. (Orgs). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES.

- Brothwell, J. F. (1997). The characteristics of an entrepreneur economy. In Harcourt, G. C., & Riach, P. A. (Eds.). *A 'second edition' of theory the general theory*. London and New York: Routledge.
- Busato, M. I., & Pinto, E. C. (2008). Uma interpretação reducionista da revolução keynesiana: a síntese neoclássica. *Revista Análise Econômica*, 26(50), 111-139.
- Camargo, L. C. (2009). *Marx, Keynes e Minsky: a supremacia das finanças no capitalismo contemporâneo* (Tese de mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, MG, Brasil.
- Cano, W. (2002). Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização 2002. In Cano, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Carvalho, A. C., & Carvalho, D. F. (2018). A economia monetária da produção capitalista de Keynes sob a perspectiva de compreensão da história e da teoria. *História Econômica e História de Empresas*, 21(1), 233-274.
- Dillard, D. (1964). *A teoria econômica de John Maynard Keynes* (6a ed). São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.
- Dillard, D. (1993). *A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: Teoria de uma economia monetária*. São Paulo, Pioneira.
- Garlipp, J. R. D. (2001). *Economia desregrada: Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no capitalismo contemporâneo* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Garlipp, J. R. D. (2001). *Economia desregrada: Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no capitalismo contemporâneo* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Keynes, J. M. (1936). *The general theory of employment, interest, and money*. London: Macmillan.
- Keynes, J. M. (1971). *A treatise on money*. London: Macmillan.
- Keynes, J. M. (1973a). *A general theory and after. Part I: Preparation*. London: MacMillan (The Collected Writings of John Maynard Keynes – CWJMK, XIII).
- Keynes, J. M. (1973b). *The general theory and after: Part II: Defence and development*. London: Macmillan. (The Collected Writings of John Maynard Keynes – CWJMK, XIV).
- Keynes, J. M. (1982). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas.
- Keynes, J. M. (1996). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Economistas).
- Keynes, J. M. (1984). O fim do *laissez-faire*. In Szmrecsny, T (org.). *John Maynard Keynes: Economia* (2a ed.) São Paulo: Ática (Originalmente publicado em 1926).
- Keynes, J. M. (1973). *The general theory of employment, interest and money* (Vol. VII). London: Macmillan [Originally published in 1936].
- Lopes, C. M. (1992). A síntese neoclássica. In Amado, A. M., & Falcão, M. L. S. (Orgs.) *Moeda e produção: teorias comparadas* (p. 129-138). Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília.

Marx, K. (1980). *O capital* (crítica da economia política). São Paulo: Civilização Brasileira.

Minsky, H. P. (1975). *John Maynard Keynes*. Nova York: Columbia University Press.

Moggridge, D. E. (1976). *As ideias de Keynes*. São Paulo: Cultrix.

Possas, M. L. (2009). Elementos para uma integração micro-macrodinâmica na teoria do desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Inovação*, 1(1), 123-150.

Robinson, E. A. G. (1968). John Maynard Keynes. In Lekachman, R. (Coord.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debate*. São Paulo: Ibrasa.

Robinson, J. (1976). *Heresias econômicas: algumas questões esquecidas na teoria econômica*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Samuelson, P. A. (1968). A teoria geral. In Lekachman, R. (Coord.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debate*. São Paulo: Ibrasa.

Samuelson, P. A. (1946). Lord Keynes and the general theory. *Econometrica*, 14(3), 187-200.

Silva, A. C. M. (1995). A economia de Keynes, a busca de uma nova teoria econômica e a armadilha do equilíbrio. *Economia e Sociedade*, 5.

Silva, A. C. M. (2003). A economia de Keynes e a “armadilha do equilíbrio”. In Lima, G. T., & e Sicsú, J. (Orgs.) *Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo*. São Paulo: Manole.

Siqueira, J. B., & Dotto, V. J. (2009). Entre o liberalismo e o intervencionismo: os desafios da sociedade pós-moderna. *Revista Jurídica*, 13, 30-42.

Skidelsky, R. (1999). *Keynes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Viner, J. (1968). Keynes e as causas do desemprego. In Lekachman, R. (Coord.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debate*. São Paulo: Ibrasa.